



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11454 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 01 - Educação Intercultural e Decolonialidade na Amazônia

A ANÁLISE DECOLONIAL NUMA PERSPECTIVA AFRODIASPÓRICA SOBRE AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA NEGRO/AS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Marina Santos Pereira Santos - UFPA - Universidade Federal do Pará

Lúcia Isabel da Conceição Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

A ANÁLISE DECOLONIAL NUMA PERSPECTIVA AFRODIASPÓRICA SOBRE AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA NEGRO/AS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Descolonizar as leituras e consequentemente a mente é um passo fundamental para o entendimento do contexto em que vivemos, pois nos ajuda na compreensão da nossa singularidade e, sobretudo, contribui para entender efetivamente as relações entre os diversos mundos que habitamos. Assim, acreditamos que para a elaboração de uma análise sobre uma política educacional que visa principalmente a reparação de desigualdades étnico/raciais e também implicam na mudança do perfil dos universitários/as no país, estas reconfigurações implicam na descolonização (ou na tentativa) gradual do ambiente acadêmico que será ocupado por sujeitos e sujeitas que trarão outras perspectivas de conhecimento. Sobre isso argumenta Winter (2003) que:

A colonização do saber é resultado de um profundo processo de colonialidade que reproduziu de forma contínua os padrões econômicos, políticos, cognitivos, de existência, de relação com a natureza, etc. que foram forjados no tempo colonial. (Winter, 2003 *apud* Bernardino-Costa et al, 2019)

Essa argumentação dialoga com o debate contemporâneo proposto por Aníbal Quijano, que resgata as análises sobre as condições socioeconômicas da América Latina, tendo como pano de fundo a questão racial como elemento essencial no processo de investigação de saídas para os problemas basilares do território latino americano. (Farias,

2019). Esse processo é chamado por Quijano de colonialidade do saber. Quijano (2005) compreende que existe “no desenvolvimento do pensamento social latino americano uma produção de saber colonizado, que faz uso emprestado de conhecimentos solidificados em outros lugares e que os aplica a realidade latino-americana de forma mecânica.” (QUIJANO,2005 apud

2019, p.32)

À vista disso, uma contribuição para o nosso trabalho vem dos eventos de resistência política e epistêmica, que foi intitulado como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial (Castro-Gomez; Grosfoguel, 2007; Maldonado Torres, 2006; Walsh, 2012). Entretanto, neste trabalho a nossa compreensão do pensamento decolonial se alargou para além, da contribuição do grupo modernidade/colonialidade para que também, tivéssemos o aporte do pensamento negro e aprendêssemos com “os processos de resistência e luta pela reexistência das populações afrodiaspóricas, especialmente a população negra brasileira.” (Bernardino-Costa, at al, 2019, p.9).

Assim, uma das vantagens da escolha pelo projeto acadêmico-político decolonial é que ele consegue desvendar e estruturar com eficácia o que está em jogo explicando todo o processo histórico da colonialidade do poder, do ser e do saber contribuindo desta maneira para que se pense em caminhos para mudar a nossa realidade. Por isso reiteramos a visibilização nesse projeto acadêmico-político do lócus de enunciação negro, mostrando as lutas políticas de resistência. Dessa forma concordamos com Bernardino-Costa at al (2019) quando assinala que:

Ao argumentarmos em favor da decolonialidade como um projeto político- acadêmico que está inscrito nos mais de 500 anos de luta das populações africanas (NDLOVU-GATSHENI;ZONDI,2016) e das populações afrodiaspóricas, é preciso trazer para o primeiro plano a luta política das mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo, dos jovens da periferia, da estética e arte negra, bem como de uma enormidade de ativistas e intelectuais, tais como: Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Frantz Fanon, Césaire, Du Bois, C. L.R. James, Oliver Cox, Angela Y. Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins, etc (p.11)

Vale observar que um aspecto importante do grupo modernidade/colonialidade foi trazer para o primeiro plano de debate a relevância da raça, como dimensão estruturante do sistema-mundo moderno/colonial. Bernardino-Costa at al (2019). E nesse debate sobre raça, o racismo, que é uma categoria interpretativa para o nosso estudo foi trabalhado por Grosfoguel (2019) como um elemento importante para se entender as relações de colonialidade, nas

palavras do autor:

“O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano).” (p.59)

Ao tratar do racismo Grosfoguel (2019) esclarece que ele é imperativo, pois estabelece uma linha divisória determinando o perfil de humano que deve viver e do humano que deve ter sua vida exterminada. Essa situação é perfeitamente exemplificável na sociedade brasileira, o Estado por meio de seu aparelho repressor – a polícia – aniquila cotidianamente a população negra que segundo os dados do Anuário de Segurança Pública de 2020, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP os negros foram as maiores vítimas de policiais, ou seja, das 6.416 pessoas mortas em ação policial, 78, 9% são negras, isto é, o que Mbembe (2018) chamou de necropolítica “ formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (Mbembe, 2018, p.10-11).

Ainda sobre esse ‘genocídio do negro brasileiro’ efetuado pela polícia, vitimando ,sobretudo, a juventude negra, a pesquisadora Samira Bueno (2020), diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e uma das responsáveis pela elaboração desse Anuário, diz que:

Além do racismo institucional presente nas corporações policiais, é preciso olhar esses índices como uma demonstração de racismo estrutural e da desigualdade racial no país, já que a população negra ocupa as piores posições em todos os indicadores socioeconômicos (...). E quando olhamos os dados da violência no Brasil é a reprodução da máquina de moer gente que é a nossa sociedade.

A forma como esse fenômeno opera, estabelece o privilégio do segmento branco, que sempre o reatualiza com vista a não perder as suas vantagens em detrimento de uma sociedade menos desigual. Sobre esse privilégio da branquitude garantido via racismo, a filósofa negra Sueli Carneiro, Coordenadora do GELEDÉS, organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo, no seminário de lançamento da publicação “Direito a Comunicação e Justiça Racial” realizado em setembro de 2014, expressou com

muita propriedade a operacionalização dessa discriminação “Racismo não é coisa de ignorante, é ato de profissional que usa desta prática para negar direitos básicos que ele entende como privilégio. É estruturante para o exercício de poder contra quem o racista julga inferior.” (s/p)

Outra face do racismo é que ele igualmente determina quem pode elaborar conhecimento científico considerado legítimo daqueles que ele julga que não podem elaborar conhecimento. Segundo Bernardino-Costa (2019) aqui encontramos mais um conceito estruturado pelos estudiosos da decolonialidade: a noção de geopolítica e corpo-política do conhecimento que contestam o eurocentrismo e o cientificismo como único lócus de conhecimento legítimo. (CASTRO-GOMEZ; GROSGOUEL, 2007; MIGNOLO; ESCOBAR, 2010).

Conforme o coletivo modernidade/colonialidade a ideia dos teóricos eurocêntricos em acreditar que o conhecimento gerado por eles era considerado ‘o legítimo’ partiu da reflexão de Descartes elaborada em 1637, com a máxima ‘Penso logo existo’ expressa no seu ‘Discurso do Método’. Aqui foi instalada uma tradição de pensamento que se imagina universal, sem demarcações corporais nem demarcações geopolíticas. (Bernardino-Costa et al, 2019).

Sobre esse pensamento etnocêntrico do europeu, Enrique Dussel (1994) salienta que:

A subjetividade do homem europeu expressa no ego cogita não emerge descolado do contexto histórico-político, mas é o resultado de 150 anos de domínio, exploração, escravização e desumanização praticada pelo ego conquiro contra os diversos povos indígenas e africanos” (Dussel, 1994 *apud* Bernardino-Costa et al, 2019).

Na reflexão desenvolvida por Maldonado-Torres (2007) ele evidencia que nesse princípio de Descartes ‘penso logo existo’ pode-se deduzir que os outros’ que não fazem parte do contexto europeu não ‘raciocinam’ o suficiente para produzir conhecimento científico, e se não pensam logo é negada também a sua própria existência. A partir de sua análise essa visão etnocêntrica do europeu, que se consolida com o conhecimento científico foi a gênese da ideia de que a Europa produziu um conhecimento universal abstrato, que por sua vez, vai se espalhar para todas as dimensões da vida, servindo como modelo de desenvolvimento humano.

É fundamental observar que o conhecimento que foi caracterizado por um ‘universalismo abstrato’ representa a visão etnocêntrica do europeu, no que diz respeito a produção do conhecimento gerado na Europa, mas que categoricamente é a expressão do colonialismo. É preciso evidenciar que esse conhecimento representa a visão racista do europeu na interpretação dos diversos mundos. Indubitavelmente nesse processo havia uma intencionalidade em subjugar formas ‘outras’ de conhecimento advindas de povos não europeus, ou seja, uma proposital invisibilização para a cultura do outro. Menciona

Bernardino-Costa et al (2019) que “esse particularismo disfarçado de universal produz o que o escritor queniano Ngũgĩ wa Thiong’o chamou de bomba cultural, cujo efeito é aniquilar a crença das pessoas nelas mesmas.” (p.13)

O projeto decolonial vai na contramão desse conhecimento que se pretende universal, sem localização geopolítica. O projeto decolonial considera importante que seja enunciado o corpo-geopolítico para a construção do pensamento como critério para desarmar a ‘bomba cultural’ explicada por Ngũgĩ wa Thiong’o, “trata-se aqui de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica” (Bernardino-Costa et al, 2019, p.13).

A tradição do pensamento negro exemplifica com muita propriedade a afirmação geopolítica e corpo-política do conhecimento. As intelectuais negras usualmente afirmam o lugar que ocupam na estrutura do poder, assim como suas vivências corpo-sensoriais. (Bernardino-Costa et al, 2019). A intelectual brasileira Lélia Gonzalez no seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1980) faz uma análise sobre essa questão afirmando que o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo.

“Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que a sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular [...] enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência [...]” (p.192)

Os escritos da Lélia Gonzalez já impulsionavam para uma outra lógica de conhecimento sobre as mulheres negras, mostrando como o racismo e o sexismo reproduzem violências que se inter cruzam acentuando a desigualdade entre as mulheres negras e o restante da sociedade colocando-nos *na lata de lixo da sociedade brasileira* (Gonzalez, 1980, p.193). Assim, ela compreendeu que os estudos que se debruçavam sobre as mulheres negras tinham limitações na abordagem dos marcadores sociais que atravessam as nossas vidas, portanto, era preciso quebrar o monopólio desse conhecimento, que inclusive, ela ressalta que nos infantilizava nos seus escritos, porque falavam por nós mulheres negras sem ao menos nos ouvir assim, a desobediência epistêmica se deu “a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra

perspectiva [...] agora assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 1980, p.192-193).

A intelectual negra norte-americana bell hooks (1995) apresenta semelhante linha de análise da intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez (1980). Ela rebate as concepções sexistas/racistas que procuram retirar a possibilidade de mulheres negras terem aptidão intelectuais rejeitando os preconceitos que as caracterizam como emocionais e mais próximas da natureza, por isso incapaz de desenvolver um pensamento científico. (bell hooks, 1995). Categoricamente ela confirmou o que líderes negras do século XIX bem sabiam que “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passaram de objeto a sujeito, que descolonizaram e libertaram suas mentes.” (Hooks, 1995, p. 466)

Se para o pensamento hegemônico, as mulheres negras são corpos sem mente, bell hooks argumentará não no sentido de instaurar o dualismo, mas sim de favorecer o pensamento a partir das experiências vividas e da historicidade das mulheres negras dentro do sistema-mundo moderno/colonial (Bernardino-Costa et al, 2019).

Por fim, as políticas de ações afirmativas visam principalmente a reparação de desigualdades étnico/raciais e também implicam na mudança do perfil dos universitários/as no país, estas reconfigurações implicam na descolonização (ou na tentativa) gradual do ambiente acadêmico que será ocupado por sujeitos e sujeitas que trarão outras perspectivas de conhecimento. Assim, afirmamos a perspectiva afrodiaspórica como elemento central para compreender uma política educacional que visa a inclusão de grupos subalternizados a partir de suas próprias demandas, uma vez que negros/as por meio do movimento negro pautaram suas demandas, elaboraram diretrizes e forçaram junto ao Estado brasileiro uma política de reparação histórica.

Palavras-chave: Decolonialidade; Perspectiva Afrodiaspórica; Cotas Raciais.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze, Nelson MALDONADO-TORRES, e Ramón GROSGOUEL. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, Nelson MALDONADO-TORRES, e Ramón GROSGOUEL. (orgs). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

FARIAS, Marcio. Clovis moura e o Brasil: um ensaio crítico, São Paulo: Dandara, 2019.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. Estudos feministas, Florianópolis, ano 3, p. 464-478, 2. sem. 1995.

